Parte 1 - Políticas públicas: em debate o social

Políticas sociais e gênero: um balanço de experiências na área da assistência social

Maria Regina de Ávila Moreira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. *Políticas públicas & desenvolvimento regional* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Políticas Sociais e Gênero: Um balanço de experiências na área da Assistência Social

Maria Regina de Ávila Moreira¹

Gênero, Trabalho e Políticas Sociais²

Em que pese concordar que o capital eliminou antigas relações de trabalho, não o fez em sua globalidade. Antes, apropriou formas que significaram uma determinada composição de poder, como foi o caso do patriarcado (MOREIRA, 2003).

A passagem da cooperação simples para a avançada ou para a manufatura dirigiu-se diferentemente para homens e mulheres, ainda que estas ocupassem e fossem convocadas ao trabalho fabril. As condições de trabalho, remuneração, e mesmo a justificativa de suas atividades, foram pautadas em relações anteriores. A eliminação

1 Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté; Doutora em Serviço Social pela PUC/SP; Assistente Social licenciada, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos.

2 Essa discussão reproduz parcialmente o Capítulo I da tese de doutorado de Moreira (2003).

do trabalho manual, sempre presente como meta do capital, atinge as mulheres mais lentamente, já que os postos automatizados são prioritariamente destinados aos homens. Além disso, a superação da opressão das mulheres tem sido, em geral, obra dos movimentos, e não o desenvolvimento isolado das forças produtivas, ainda que se considerem as dimensões extraeconômicas aí implicadas. A nova divisão social do trabalho não desconsiderou a sexual.

As diversas concepções acerca do conceito de gênero são explicadas em função do processo histórico que possibilitou sua emergência. As diferenças referem-se tanto a campos teórico-filosóficos opostos, como internamente a uma mesma corrente. Como resultado da ascensão dos movimentos de mulheres, a categoria expressa as divergências situadas no plano político.

O conceito de patriarcado delinea-se a partir do “[...] poder estabelecido pelo sexo masculino sobre o feminino e revelado pela utilização cultural, social e econômica do corpo da mulher por parte do homem e pelo controle de sua reprodução” (ALVES, 1983, p. 57).

Moreira (1998), referenciada por Bruschini (1990, p. 66), dirá que: “A exclusão das mulheres, que é resultado de um longo processo de confinamento ao doméstico, também resulta de construções culturais sobre as diferenças biológicas das mulheres em relação aos homens”. O patriarcado antecede a sociedade ocidental e se consubstancia a partir de mecanismos que vão justificando a subordinação feminina.

Apesar do grande avanço que as mulheres alcançaram e de elas permanecerem conquistando espaço em todos os campos, é inquestionável que ainda existem privilégios, não só políticos, mas também econômicos, em favor dos homens. Há a perpetuação dos papéis definidos como femininos e masculinos junto à família. A utilização da sexualidade feminina ainda é tratada como objeto de desejo masculino. A incumbência de responsabilidades e competências extralares não têm sido suficientes para equalizar a divisão das tarefas domésticas. Aqui não se trata apenas da realização, mas também da organização dessas tarefas. Isso significa ter a

dimensão de que a supremacia masculina, em conjunto com outras ordens de dominação e exploração, estrutura a vida em sociedade. “O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos” (SAFFIOTI, 1987, p. 16). Todavia há uma ordenação hierárquica nessa relação, posto que já ficou provado que, numa escala, é possível afirmar que as mulheres negras ocupam as posições mais subalternizadas (SAFFIOTI, 1987; ROSEMBERG, 1992).

O próprio desenvolvimento do que hoje conhecemos como família se deu em razão de necessidades materiais, como o deslocamento para a caça, em tempos primitivos, e o intercâmbio comercial. Nesse caso, a reprodução que impedia, por um determinado tempo, a saída das mulheres, acabou por fazer do espaço da casa o seu local prioritário para desenvolvimento de atividades para o bem coletivo (GOUGH, 1974, p. 126). Com isso, houve o desenvolvimento da arte de cozinhar, do preparo de alimentos etc. Essas indicações, contudo, não foram lineares, tampouco explicam isoladamente a opressão de que está se tratando. Mesmo porque a divisão de tarefas não continha a escala de valores que hoje se aplica. Lerner (1990, p. 73) informa que inicialmente a caça de animais grandes era secundária, o que valorizava o trabalho desenvolvido dentro de casa, como o cultivo de hortaliças e a confecção de utensílios.

A subordinação é uma construção social que se processa com a agregação de valores religiosos, simbólicos, culturais e econômicos, os quais foram impulsionando privilégios de um sexo sobre outro.

A importância da incorporação do patriarcado não é, em seu sentido original, um sistema de organização social soberano ou mesmo paralelo ao capitalismo, até porque sofreu mudanças profundas, especialmente por força da luta específica das mulheres. A questão é retê-lo como um conjunto de valores objetivos e subjetivos que sustentam a reprodução de desigualdades sociais. Não se constitui apenas como ideologia, ainda que esta também se formule

como material, mas objetiva processos de exploração, tanto para as classes, quanto para os sexos.

O caráter de complementaridade do trabalho feminino é reforçado pela dominância masculina e não privilegiadamente pela estrutura de classes. Mesmo que seja correto afirmar que o capitalismo se apropriou do patriarcado, adaptando-o aos seus interesses, seria um equívoco pensar que sua manutenção é efetivada desprezando-se suas bases fundamentais. Do mesmo modo, não há equivalência social, política e econômica entre os gêneros, o que nos remete a concluir que não é o patriarcado que sustenta tais diferenças, embora constitua sua base histórica. As classes sociais organizam-se sob a lógica do lugar no processo de reprodução das relações sociais, cujos interesses de desenvolvimento do capital têm influência.

A divisão sexual do trabalho é um dos campos de análise das relações sociais de gênero que se toma como consequência das relações patriarcais. Trabalha com determinados campos de atuação profissional, e também com a questão do trabalho doméstico. Pode-se afirmar que as relações de gênero configuram uma determinada divisão sexual do trabalho, e também desnudam elementos que as caracterizam. Negligenciar a divisão sexual obscurece quem é a classe trabalhadora de fato, pois sua constituição como tal se forjou de forma diferenciada, entre homens e mulheres. Adotar essa concepção é privilegiar o conflito, em vez de a descrição de papéis.

Os homens também têm tarefas junto à família e à manutenção do espaço doméstico, ainda que diferenciadas socialmente. A questão da separação entre produção e reprodução, portanto, é falsa. Tampouco a opressão das mulheres é explicada pela posição no processo de reprodução. As atividades desenvolvidas por elas já são desvalorizadas internamente a esse processo, como no âmbito da produção.

As desigualdades sofridas pelas mulheres atuam eficientemente na reprodução das relações sociais. Não se pode negligenciar que a industrialização, em sua fase inicial, utilizou maciçamente a força

de trabalho feminina e de crianças. No entanto, sua diminuição e mesmo diferenciação do salário e das tarefas encontram ressonância na oposição que os homens faziam dessa relação como algo que destruiria a família, além de prejudicar os seus lugares na produção. O rebaixamento salarial e sua aceção como complementar ao do homem é, até os nossos dias, um fato.

Veja-se que o cálculo dos salários é medido pelas necessidades familiares e se mantém a primazia do sexo masculino como aquele que deve prover as necessidades da família. É interessante observar que as pesquisas que demonstram o aumento de famílias chefiadas por mulheres – no sentido de prover financeiramente a família, por desemprego, ou por viverem sozinhas – não têm sido suficientes para modificar essa relação salarial.

A novidade do capitalismo é a tentativa de criar uma fissura entre a reprodução e a produção, sem que de fato isso corresponda à realidade. Dessa forma, destitui a família de uma base material, separada da relação direta com a produção social.

Combes e Haicault (1986, p. 38) já sinalizavam que:

[...] uma análise séria dos processos de trabalho nesse setor, nas instituições de escolarização-formação ou no campo do trabalho social, permitiria, precisamente, mostrar como a extensão das relações capitalistas aos novos setores produtivos e o desenvolvimento de um setor estatal engendrado e impregnado pela divisão capitalista do trabalho se apóia nas relações entre os sexos, pressupõem-nas e reforçam-nas.

Assim, o desenvolvimento do trabalho assalariado se, por um lado, inaugurou a divisão social, por outro lado, não desprezou a anterior divisão sexual: “O trabalho assalariado não está isento das relações do trabalho doméstico, e os antagonismos de sexo atuam tanto no trabalho como no conjunto da vida social” (CHAUBAD; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1986, p. 117).

Como Eisenstein (1980, p. 35) propõe:

Al tratar con estas cuestiones, se debe romper la división entre la existencia material (económica o sexual) y la ideología, porque la división sexual del trabajo y la sociedad, que como ya sabemos sienta las bases del patriarcado, tiene tanto forma material (los propios papeles sexuales) como realidad ideológica (los estereotipos, mitos e ideas, que determinan estos papeles). Existen, pues, formando un tejido interno.

Paulatinamente, como frisa Zraeisky (1976), as atividades relacionadas à família entram em conflito com o mundo da cultura e da liberdade e ficam, assim, relacionadas ao atraso, ao desqualificado. A perspectiva de cisão entre as funções domésticas e públicas esteve baseada na diferenciação entre os sexos.

Uma das principais autoras que se dedica à discussão sobre a divisão sexual do trabalho é Hirata (2002, p. 234 e 235)³. Afirma ela que a divisão do trabalho entre homens e mulheres integra a divisão social, e que o trabalho assalariado não teria surgido em decorrência da ausência do trabalho doméstico. Concordamos com a autora, pois os conceitos não se articulam; antes, sobrepõem-se. Não se restringe a atribuição das mulheres somente ao trabalho doméstico ou a ocupações vinculadas a uma esfera da reprodução, mas ela “[...] atravessa e dá sentido ao conjunto das relações sociais que a *‘divisão social do trabalho’* abrange” (grifo da autora).

Por fim, a divisão sexual do trabalho perpetua-se quanto à distribuição hierárquica de ocupações, destinando às mulheres, em geral, aquelas que correspondem às atividades desempenhadas no trabalho doméstico. No entanto, não é somente isso, já que também ocupam posições não identificadas com o lar. O fato de estarem em trabalhos mais precarizados, no entanto, é decorrente, em primeira instância, da desvalorização desses trabalhos, o que acaba possibilitando a

3 A obra da autora é vasta, nesse campo. Como uma das pesquisadoras mais importantes, dedica-se ao estudo das transformações quanto ao acesso e condições de trabalho para as mulheres, desenvolvendo pesquisas comparativas entre França, Japão e Brasil. A indicação da leitura de seus trabalhos é crucial para a apreensão da temática. Ver artigos referentes aos anos de 1988 e 1991.

assimilação da força de trabalho feminina. Portanto, não é apenas a delimitação de ocupações que explica a subalternidade das mulheres, mas também as conexões que levam a tal configuração. Também não se pode lançar mão dessa divisão para analisar especificamente o lugar das mulheres no mundo. A segregação entre homens e mulheres define outras relações.

Assim, pretende-se chamar atenção para o fato de que o fenômeno que vem sendo cunhado como feminização da pobreza não pode ser utilizado sem a contextualização do que se está tratando. O risco é o de perpetuar a culpabilização das mulheres, por um lado, com medidas que venham a garantir a reprodução de seus papéis sociais; de outro lado, com uma vitimização que tutela as possibilidades em superar tal reprodução.

Trabalhar com esse conceito, portanto, supõe polemizá-lo diante da configuração do trabalho no neoliberalismo, à luz das suas contradições, entre elas a de gênero.

O que caracteriza as mulheres majoritariamente, no campo de acesso às políticas sociais, é o resultado que as combina com a atual precarização das relações de trabalho que, além do desemprego, oportuniza vagas em posições já desvalorizadas no processo produtivo⁴. Esse movimento não vem acompanhado de um esvaziamento das tarefas reprodutivas das mulheres. Além disso, não é novidade o acesso majoritário das mulheres às políticas sociais, especialmente às públicas. Quanto mais a atenção protetiva se aproxima do doméstico, maior será a presença das mulheres. Igualmente, isso não significa que os homens não tenham aumentado sua presença nessas políticas. O desemprego configura a necessidade de ampliação de atendimento nas áreas da saúde, habitação, transporte. Apesar dos apelos fugidios do Estado neoliberal, a demanda pressiona-o a manter o chamado Estado Mínimo, para o qual não está dado o seu sucesso. As contradições estão na disputa de mais projetos societários, na “ordem do dia”.

4 Daí pesquisas apontarem que o desemprego para as mulheres é menor do que para os homens. Essa ocorrência coaduna com a renovação tecnológica, o estreitamento de postos e a possibilidade diferenciada para tal qualificação entre homens e mulheres.

Políticas de Assistência Social e Gênero no Vale do Paraíba

Vou me deter na questão da assistência social, não só pelo fato de constituir meu lugar profissional, mas especialmente pelos desafios impostos hoje ao Estado, em particular à consecução do Sistema Único de Assistência Social⁵. Uma das principais diretrizes apresenta a “Centralidade na Família, para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos” (PNAS, 2005, p. 33). Embora reconheçamos que tal diretriz não é isolada de outras complementares e que configuram o peso estratégico ao Estado e ao coletivo, é importante salientar que:

- a família sempre foi foco das políticas de assistência social - fossem elas mais acentuadamente assistencialistas ou, então, incorporando a dimensão socioeducativa, que só por seu enunciado não garante diferença consubstancial ao assistencialismo;
- ainda com esse foco, jamais significou o investimento orçamentário-financeiro que desse consequência necessária à articulação com a política econômica.

Isso significa afirmar que o foco recaiu historicamente sobre conteúdos morais do significado sobre as funções das mulheres e homens na sociedade. A formação de frentes de trabalho, acompanhada de cursos profissionalizantes, não fugiu às funções mais “adequadas” às mulheres, tampouco as qualificou para a ocupação de postos com reais possibilidades de emprego. O processo de acompanhamento socioeducativo serve à socialização, o que não é pouco. Para mulheres que não vislumbram espaço alternativo ao doméstico e/ou à informalidade do trabalho, tais experiências têm aberto canais de participação comunitária⁶. No entanto, a articulação de

5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi aprovado por meio da Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução nº 145, de 15/10/2004).

6 Ver os trabalhos de Barbosa (2007) e Esteves (2007), que pesquisam atividades junto às mulheres, tanto em projetos anteriores ao SUAS, como é o caso do “Projeto Renda Cidadã” (Estadual), como em grupos já sob a vigência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS – Municipal). Ambos referem-se a cidades no vale do Paraíba – São Paulo.

múltiplos conteúdos e ações para a perspectiva emancipatória anunciada pela Assistência Social, e no tocante a questão das mulheres, deve, ao menos, atender duas apreensões:

- o limite e as possibilidades estratégicas da assistência social para a consecução desse ideário;
- forma e conteúdo são indissociáveis. Há necessidade de radicalizar a teorização da realidade, a fim de desnaturalizar relações sociais, como é o caso das contradições de gênero. Uma programática feminista é indispensável à assistência social.

3. Desafios para a Assistência Social e a apropriação da categoria gênero

A questão que se instaura é que a associação de experiências micro, para as mulheres, geralmente reporta ao reproduzido pelo doméstico. Isso restringe sua articulação com a dimensão política, acabando por configurar um relativismo à discussão e, por conseguinte, um peso determinante aos espaços institucionalizados, sem obrigatoriamente remetê-los a estruturas mais amplas. No máximo, essa concepção resulta em apreender a importância social da participação das mulheres, ou como vítimas, quando da análise sobre a violência doméstica, ou na perspectiva de um poder atribuído que privilegia a esfera econômica. O fato de as mulheres assumirem financeiramente a subsistência da família não significa eliminação das relações de opressão.

Aliás, parte dessa perspectiva é o próprio reordenamento político-administrativo das gestões no âmbito do Estado. Com a legitimidade de uma campanha que relaciona o estatal à ineficiência, como se o privado fosse o contrário e, ainda, recaindo sobre o funcionalismo público a culpa de todos os males, vem-se assistindo à substituição da organização política por exclusivamente administrativa. O Estado conta, hoje, além da tradicional distribuição de cargos,

com gerentes que, ao encarnarem essa posição, tornam-se alheios ao público como tal, de maneira que há um estranhamento ao próprio local de trabalho. A penetração do pensamento empresarial no âmbito do Estado e o fato de ele assumir protagonismo nos processos de reprodução do capital (cf. OLIVEIRA, 1998) reforçam o que vem se buscando demonstrar: a extrema necessidade de o capital e as formas de dominação social, que, aliás, são combinadas, maximizarem a acumulação, transformando, tudo o que já significou custo, em mercadoria. Essa radicalização só terá continuidade se houver, cada vez mais, a anulação do potencial de reação à ordem.

Do ponto de vista dos objetivos da reprodução,

[...] as principais ideologias levam a marca importantíssima da formação social cujas práticas produtivas dominantes (como, por exemplo, o horizonte de valores da empresa privada capitalista), elas adotarem como quadro final de referência – o que é frequentemente apresentado de modo parcial a fim de favorecer aqueles que as alimentam – é um momento subordinado dessa consciência prática, determinada pela época (MÉSZÁROS, 1996, p. 25).

Dessa forma, os órgãos públicos vêm assumindo (como se pudessem) analogicamente a incorporação de mecanismos de gestões empresariais e, ainda que com contradições, acabam transformando o público em privado. Potencializam políticas de favorecimento, ainda que com o discurso do direito e da cidadania e esvaziam o seu conteúdo político e de coletivo para a esfera individual.

O assistencialismo constitui-se, em essência, em formas de ajuda nem sempre material, porém sempre moral, e, ao que parece, a mudança para o exercício de uma assistência racionalizada não modificou esse caráter, exceto pelo aprimoramento das bases que a justificam. Sua sistematização procurou escamotear a importância política e estratégica, sob a argumentação da necessidade de garantir eficiência na destinação de recursos, bem como de garantir resultados sociais.

Por que a questão da prevenção é apontada como uma novidade, se é um discurso que sempre esteve presente para justificar a dignidade da assistência social? Diga-se, de passagem, que essa é uma cobrança muito mais ideológica, que propriamente real ou concretizada por meio de políticas nessa direção. O destaque à prevenção fica mais por conta de um trabalho educativo. Outro exemplo refere-se ao deslocamento da política de benefícios às alternativas que demonstrem iniciativa própria, ou seja, a caracterização de não-dependência da assistência social, que é outra grande acusação deformadora, como se outras práticas não fossem assistenciais.

A psicologização da vida social (NETTO, 1996a) constitui-se no refinamento da manipulação e descaracterização do coletivo por via do individualismo, e a naturalização das relações sociais coloca-se como medida estratégica. Nos dizeres de Netto, “[...] ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social, que só pode ser encontrada na esfera moral” (1996, p. 41). Essa é uma vertente para a qual, como analisa o autor, convergem interesses do Estado, religiosos, econômicos e social-hegemônicos (p. 42).

A moral, portanto, assume a forma de sanção e de pregação e, para uma determinada disseminação moral, as mulheres foram mais aptas. Mas não é só isso, pois esse é um movimento que também ambiciona reproduzir as relações entre os sexos, porque, como constitutiva da sociedade, a moral define comportamentos, normas e condutas.

No que diz respeito à assistência, o disciplinamento da vida familiar e de condutas individuais é tomado de forma naturalizada ao mundo das mulheres.

Substituir essa moral por uma ética livre da alienação impõe a desnaturalização de todos os processos sociais e parece que houve uma fragmentação ou mecanização da discussão sobre tais aspectos na profissão. A moral ficou subsumida à dimensão unilateral de classe, e o significado da assistência, por suas intenções e conteúdos, oculta outras relações de dominação e exploração.

Referências

ALVES, Branca Moreira. “Feminismo e marxismo”. In: KONDER, Leandro; FILHO, Gisálio Cerqueira; FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (orgs.). **Por que Marx?** Rio de Janeiro: Graal, 1983, pp. 51-61.

BARBOSA, E. A. P. “Programa Estadual Renda Cidadã – um estudo sobre sua efetividade no município de Santa Branca/SP” Monografia de especialização *lato sensu* em Política Social e Gestão Institucional. Taubaté: São Paulo, 2007.

BÉJAR, Helena. **La cultura del individualismo**. Revista de Investigaciones Sociológicas. Madrid: Reis, 1989, pp. 51-80.

BERTAUX, Daniel. **Destinos Pessoais e Estrutura de Classe**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Género y Trabajo: Trayectoria de una problemática**. Material Mimeografado, 1993.

CHAUBAD, Danielle; FOUGEROLLAS-SCHWEBEL, Monique. “Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução”. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. **O Sexo do Trabalho**. Tradução: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 113-130.

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. “Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes”. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. **O Sexo do Trabalho**. Tradução: Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 23-45.

COSTA, Albertina de Oliveira. “O campo de estudos da mulher no Brasil: período de formação”. In: BRANDÃO, Margarida Luíza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara L. **Mulher e Relações de Gênero**. São Paulo: Loyola, 1994, pp. 161-170.

EISENSTEIN, Zillah R. “Hacia el desarrollo de una teoría del patriarcado capitalista y el feminismo socialista”. In: EISENSTEIN, Zillah R.

(org.). **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**. Tradução: Sara Sefchovich e Stella Mastrangelo. México: Siglo Veintiuno, 1980, pp. 15-47.

ESTEVES, A L P. B. “Trabalho com Famílias: relações de gênero e políticas sociais na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social”. Monografia de especialização *lato sensu* em Política Social e Gestão Institucional. Taubaté: São Paulo, 2007.

HARTMANN, Heidi. **O Casamento Infeliz do Marxismo com o Feminismo: por uma união mais progressista**. Tradução: Suzel Reilly. Material Mimeografado. São Paulo: USP, 1981, pp. 1-35.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**. Trad. Estela dos Santos Abreu. In Revista Estudos Feministas (3) Vol 2, Rio de Janeiro: CEIC/UFRJ, 1994. pp. 93T-100.

LERNER, Gerda. **La Creación del Patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990.

MÉSZÁROS, István. **Poder da Ideologia**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Ensaio, 1996.

MOREIRA, M. R. A. **A Constituição do Gênero no Serviço Social – um estudo a partir das manifestações de empregadores e assistentes sociais**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 259p.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila. **Entre a Tempestade e a Bonança: Incursões sobre relações de gênero e Serviço Social**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. "Educação formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia". In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 151-182.

_____. "A Educação das Mulheres Jovens e Adultas no Brasil". In SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs.) **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; DF: UNICEF, 1994, pp. 27-62.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

_____. "Rearticulando gênero e classe social". In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 183-215.

_____. "Ideologias, ideologia". In: CHALITA, Gabriel Isaac (org.). **Vida para Sempre Jovem**. São Paulo: Siciliano, 1992. pp. 63-81.

_____. "Posfácio: Conceituando Gênero". In SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; DF: UNICEF, 1994, p.271-283.

_____. **Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. In Revista Lutas Sociais nº 2 São Paulo: NEILS/PUC, 1997, pp. 59-80.

ZAREISKY, Eli. **O Capitalismo, a Família e a Vida Privada**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.